

Estado da publicação: Não informado pelo autor submissor

# GÊNERO E SEXUALIDADE - DISSIDÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR: NA TRILHA DO ESTADO DO CONHECIMENTO

Maria de Fátima Fagherazzi Pizzoli, Nilda Stecanela

<https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.12104>

Submetido em: 2025-05-28

Postado em: 2025-06-02 (versão 1)

(AAAA-MM-DD)

ARTIGO

## GÊNERO E SEXUALIDADE - DISSIDÊNCIAS NO ENSINO SUPERIOR: NA TRILHA DO ESTADO DO CONHECIMENTO

MARIA DE FÁTIMA FAGHERAZZI PIZZOLI<sup>1</sup>

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9571-4115>

<[maria.pizzoli@caxias.ifrs.edu.br](mailto:maria.pizzoli@caxias.ifrs.edu.br)>

NILDA STECANELA<sup>2</sup>

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9946-0848>

<[nstecane@ucs.br](mailto:nstecane@ucs.br)>

<sup>1</sup> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

<sup>2</sup> Universidade de Caxias do Sul. Caxias do Sul, Rio Grande do Sul (RS), Brasil.

**RESUMO:** O artigo apresenta resultados de estudo cujo objetivo foi identificar e analisar as teses e dissertações desenvolvidas sobre gênero e sexualidade na educação superior no Brasil, em especial nos cursos de Engenharia, a partir de 1988. Adotando a metodologia do Estado do Conhecimento, quarenta estudos formaram o corpus de análise, resultando em seis categorias: dissidências - acesso e permanência; gênero e sexualidade no currículo; discursos e representações sociais; cisheteronormatividade; LGBTFobias; inventários de produções acadêmicas. Evidenciou-se o caráter paradoxal da universidade, que representa tanto um espaço para o autoconhecimento, afirmação, liberdade e desenvolvimento, quanto oprime, segrega e violenta. A inserção e permanência da categoria gênero e sexualidade no currículo ainda depende do interesse de atores envolvidos no processo. Nos discursos e representações sociais emergem o preconceito sofrido, em especial pelos gêneros não binários, transexuais e travestis. Os trabalhos da categoria cisheteronormatividade destacam a naturalização da heteronormatividade, demandando de estudantes performances consideradas legítimas. A violência perpassa as existências LGBTQIA+ dentro e fora de sala de aula e a heteronormatividade resulta em preconceito, violência, adoecimento, invisibilidade e segregação. As pesquisas sobre pessoas trans representaram a maioria das produções acadêmicas, notando-se ausências de pesquisas sobre lésbicas, pessoas intersexo, bissexuais e pansexuais. Não foram encontrados estudos específicos sobre gênero e sexualidade, em especial sobre dissidências nos cursos de Engenharia, o que suscita questionamentos sobre os motivos de tal silêncio e possibilidades de estudos futuros.

**Palavras-chave:** Gênero e sexualidade, dissidências sexuais e de gênero, educação superior, engenharias, estado do conhecimento.

## GENDER AND SEXUALITY - DISSENT IN HIGHER EDUCATION: ON THE TRAIL OF THE STATE OF KNOWLEDGE

**ABSTRACT:** The article presents the results of a study which had the objective of identifying and analyzing the theses and dissertations developed on gender and sexuality in higher education in Brazil, especially in Engineering courses, from 1988 onwards. Adopting the methodology of the State of Knowledge, forty studies formed the corpus of analysis, resulting in six categories: dissent - access and

permanence; gender and sexuality in the curriculum; discourses and social representations; cisheteronormativity; LGBTPhobias; inventories of academic productions. The paradoxical character of the university was evidenced, which represents both a space for self-knowledge, affirmation, freedom and development, as well as oppression, segregation and violence. The insertion and permanence of the gender and sexuality category in the curriculum still depends on the interest of the actors involved in the process. In discourses and social representations, the prejudice suffered emerges, especially by non-binary genders, transsexuals and transvestites. The works of the cisheteronormativity category highlight the naturalization of heteronormativity, demanding from students performances considered legitimate. Violence permeates LGBTQIA+ existences inside and outside the classroom and heteronormativity results in prejudice, violence, illness, invisibility and segregation. Research on trans people represented the majority of academic productions, noting the absence of research on lesbians, intersex, bisexual and pansexual people. No specific studies on gender and sexuality were found, especially on dissent in Engineering courses, which raises questions about the reasons for such silence and possibilities for future studies.

**Keywords:** Gender and sexuality, sexual and gender dissent, higher education, engineering, state of knowledge.

## **GÉNERO Y SEXUALIDAD - DISIDENCIA EN LA EDUCACIÓN SUPERIOR: TRAS EL RASTRO DEL ESTADO DEL CONOCIMIENTO**

**RESUMEN:** El artículo presenta los resultados de un estudio cuyo objetivo fue identificar y analizar las tesis y disertaciones desarrolladas sobre género y sexualidad en la educación superior en Brasil, especialmente en los cursos de Ingeniería, a partir de 1988. Adoptando la metodología del Estado del Conocimiento, cuarenta estudios conformaron el corpus de análisis, resultando en seis categorías: disidencias - acceso y permanencia; género y sexualidad en el currículo; discursos y representaciones sociales; cisheteronormatividad; LGBTFobias; inventarios de producciones académicas. Se evidenció el carácter paradójico de la universidad, que representa tanto un espacio de autoconocimiento, afirmación, libertad y desarrollo, como de opresión, segregación y violencia. La inserción y permanencia de la categoría de género y sexualidad en el currículo aún depende del interés de los actores involucrados en el proceso. En los discursos y representaciones sociales surge el prejuicio sufrido, especialmente por los géneros no binarios, transexuales y travestis. Los trabajos de la categoría de cisheteronormatividad destacan la naturalización de la heteronormatividad, exigiendo a los estudiantes actuaciones consideradas legítimas. La violencia impregna las existencias LGBTQIA+ dentro y fuera del aula y la heteronormatividad resulta en prejuicios, violencia, enfermedad, invisibilidad y segregación. La investigación sobre personas trans representó la mayoría de las producciones académicas, señalando la ausencia de investigación sobre personas lesbianas, intersexuales, bisexuales y pansexuales. No se encontraron estudios específicos sobre género y sexualidad, especialmente sobre la disidencia en los cursos de Ingeniería, lo que plantea preguntas sobre las razones de tal silencio y las posibilidades de futuros estudios.

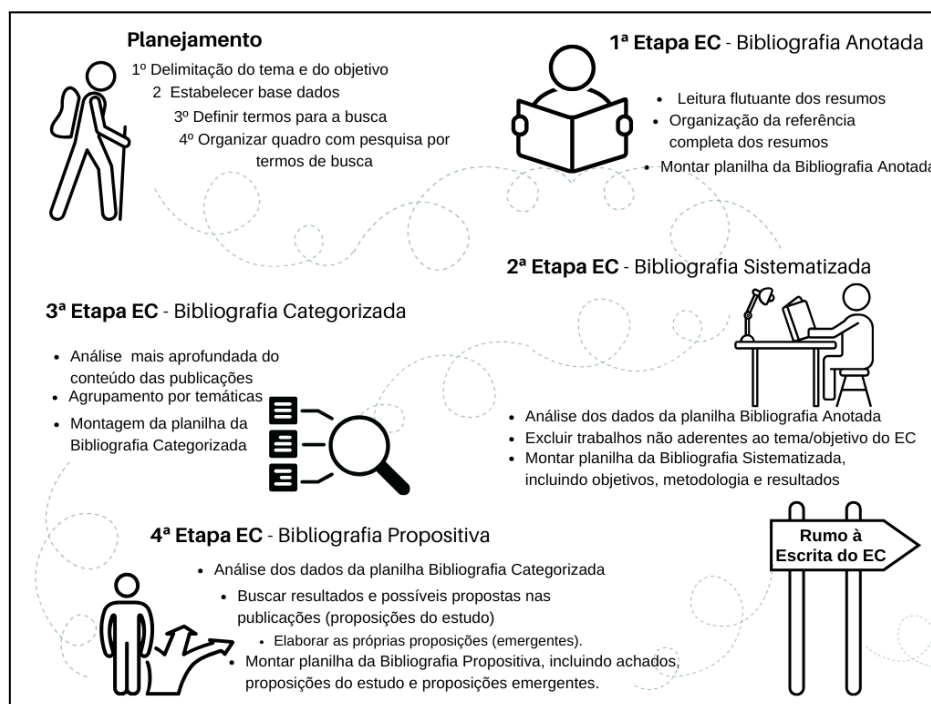
**Palabras clave:** Género y sexualidad, disidencias sexuales y de género, educación superior, ingeniería, estado del conocimiento.

## **NA TRILHA DO ESTADO DO CONHECIMENTO**

Iniciamos esta escrita manifestando duas escolhas: a opção pelo Estado do Conhecimento (EC) e as autoras de quem nos fizemos acompanhar na trilha realizada. Para embasar a pesquisa sobre a

temática *gênero e sexualidade no ensino superior*, encontramos no trabalho de Marília Morosini, Pricila Kohls-Santos e Zoraia Bittencourt a possibilidade de aproximação com o campo científico. Para essas autoras (2021, p. 23), o EC “é a identificação, registro, categorização que levem à reflexão e síntese sobre a produção científica de uma determinada área, em determinado espaço de tempo, congregando periódicos, teses, dissertações e livros sobre uma temática específica”. Ao optar por realizar um caminho para chegar a determinado lugar, cabe fazer planos, criar estratégias, munir-se de recursos, traçar rotas e fazer escolhas que nos acompanharão no percurso. Na trilha da construção do EC, seguimos as etapas ilustradas na Figura 1.

Figura 1 – Trilha do Estado do Conhecimento



Fonte: elaborada pelas autoras a partir de Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021).

No **planejamento** da caminhada, delimitamos como **tema** “gênero e sexualidade no Ensino Superior”. Ao pesquisar essas duas categorias de análise, buscamos localizar as produções acerca de dissidentes sexuais e de gênero, entendidos como aquelas pessoas que fogem à heterossexualidade e cisonormatividade (Luz; Carbonara, 2021) e ao caráter identitário, sem privilegiar nenhuma identidade em particular (Colling, 2015). Feita a opção pela investigação no âmbito do Ensino Superior, nosso interesse avançou para a existência de produções científicas relacionando dissidências sexuais e de gênero aos cursos de Engenharia, os quais, tradicionalmente, mantêm perfil heteronormativo e privilegiam componentes curriculares de formação técnica. Considerando a importância da Constituição Federal de 1988 como marco dos direitos humanos e à educação no nosso país definimos o período a partir de 1988 como **recorte temporal**. O **objetivo** do EC foi assim definido: “Identificar e analisar as teses e dissertações desenvolvidas sobre gênero e sexualidade na Educação Superior no Brasil, em especial nos cursos de Engenharia, a partir de 1988”.

A **base de dados** escolhida foi a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), a qual “integra e dissemina, em um só portal de busca, os textos completos das teses e

dissertações defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa” (IBICT, 2023, n.p.). A definição dos *termos de busca* envolveu um exercício de “maturação”, uma vez que as dissidências sexuais e de gênero podem estar referidas em um grupo amplo de palavras-chaves, para além dos limites da expressão gênero e sexualidade, incluindo a evolução da sigla LGBTQ+. Diversos testes foram realizados em busca avançada na BDTD, utilizando-se operadores booleanos<sup>1</sup>, chegando-se à versão apresentada no Quadro 1, que resultou em 498 trabalhos.

Quadro 1 – Pesquisa por termos de busca

Data da busca	Termos pesquisados	Títulos encontrados	Campo pesquisado
02/02/2023	(gênero e sexualidade) OR “diversidade sexual” OR “identidade de gênero” OR “identidade sexual” OR “dissidentes sexuais” OR “dissidências sexuais” OR “dissidentes de gênero” OR “LGBT*” OR “lésbicas” OR “gays” OR “homossexuais” OR “bissexuais” OR “travestis” OR “transexuais” OR “transgêneros” OR “queer” OR “intersexuais” <sup>2</sup> OR “assexuais”  “Ensino Superior” OR “Educação Superior” OR “Engenharia”	498 (1988 a 2023)	todos

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

Na primeira etapa do EC, *Bibliografia Anotada*, realizamos a leitura flutuante<sup>3</sup> dos resumos dos trabalhos e, tendo como bússola o objetivo estabelecido para a trilha do EC, os estudos foram separados segundo três critérios: duplicados (41 pesquisas); aderência ao tema/objetivo (98 trabalhos) e falta de aderência ao tema/objetivo (359 trabalhos). A falta de aderência do número significativo de trabalhos, se deu por não estarem relacionados a gênero e sexualidade no Ensino Superior, a partir de 13 categorias de exclusão: ações afirmativas, ensino médio, biodiversidade, carreira de pesquisa, economia, gênero feminino/sexismo, gênero textual, musical e artístico, gestão escolar/universitária, licenciaturas, matemática, recursos didáticos, área da saúde e temas específicos dos cursos de engenharia e tecnologia.

Excluídas as categorias de trabalhos sem aderência ao tema/objetivo e os duplicados, seguimos na trilha com 98 trabalhos. Foi então elaborada a referência bibliográfica completa de cada um deles (padrão ABNT) e organizada a Planilha da Bibliografia Anotada com os seguintes dados: número, ano, autor, título, palavras-chave e resumo.

A *Bibliografia Sistematizada* consistiu na organização dos trabalhos do banco de dados gerado na etapa anterior, com vistas a uma “[...] seleção mais direcionada e específica para o objetivo da construção do conhecimento [...]” (Morosini; Kohls-Santos; Bittencourt, 2021, p. 67). Nesta etapa realizamos uma leitura mais detalhada dos resumos para análise de objetivos, metodologia e resultados.

<sup>1</sup> "Operadores Booleanos atuam como palavras que informam ao sistema de busca como combinar os termos de sua pesquisa. São eles: AND, OR e NOT e significam, respectivamente, E, OU e NÃO" (CAPCS, 2020, n.p.). Neste estudo, foram utilizados os operadores booleanos AND e OR, além de aspas (para termos compostos) e asterisco (para truncagem/substituição de múltiplos caracteres).

<sup>2</sup> Considera-se atualmente como mais adequada a expressão “intersexo” em lugar de “intersexuais”. Ao realizar nova busca foram encontrados apenas dois trabalhos, que seriam excluídos, por se referirem a trabalhos sobre peixes.

<sup>3</sup> “[...] leitura inicial dos trabalhos encontrados (Etapa 1 – Bibliografia Anotada), a fim de se chegar no Corpus de Análise (Etapa 2 – Bibliografia Sistematizada), ou seja, aos trabalhos a serem selecionados. [...] fornece ao pesquisador um panorama do campo em estudo.” (Kohls-Santos; Morosini, 2021, p.128).

Nos casos em que não foi possível evidenciar os dados necessários no resumo recorreremos ao texto completo do documento. Essa nova leitura levou à exclusão de 58 trabalhos, seguindo o critério de falta de aderência ao tema/objetivo, a partir de três categorias de exclusão: trabalhos que não abrangiam ou não tinham o Ensino Superior como foco; pesquisas realizadas no Ensino Superior, mas sem foco em gênero e sexualidade; trabalhos nos quais o tema gênero e sexualidade somente tangenciou procedimentos, dados ou resultados. Foi então elaborada a Planilha da Bibliografia Sistematizada, contendo os seguintes dados: número, ano, autor, título, nível, objetivos, metodologia e resultados. Assim, mantidos os trabalhos com aderência ao tema e objetivo proposto, o corpus de análise do EC foi constituído por 40 trabalhos<sup>4</sup>.

Do total de trabalhos, as dissertações predominam, são 31 estudos de mestrado (77,5%) e nove de doutorado (22,5%). Ao analisar a distribuição da defesa dos trabalhos no tempo, apresentada na Tabela 1, verificamos que, apesar do recorte temporal iniciar em 1988, somente em 2011 temos a primeira dissertação apresentada, com aumento dos números de 2017 a 2021; dados que sinalizam para a possibilidades de investigações futuras.

Tabela 1 – Distribuição dos trabalhos por ano de defesa

Nível - Ano	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Mestrado	1	1	0	0	0	2	6	3	5	6	6	1
Doutorado	0	0	0	0	1	1	1	2	2	0	1	1
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>7</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>2</b>

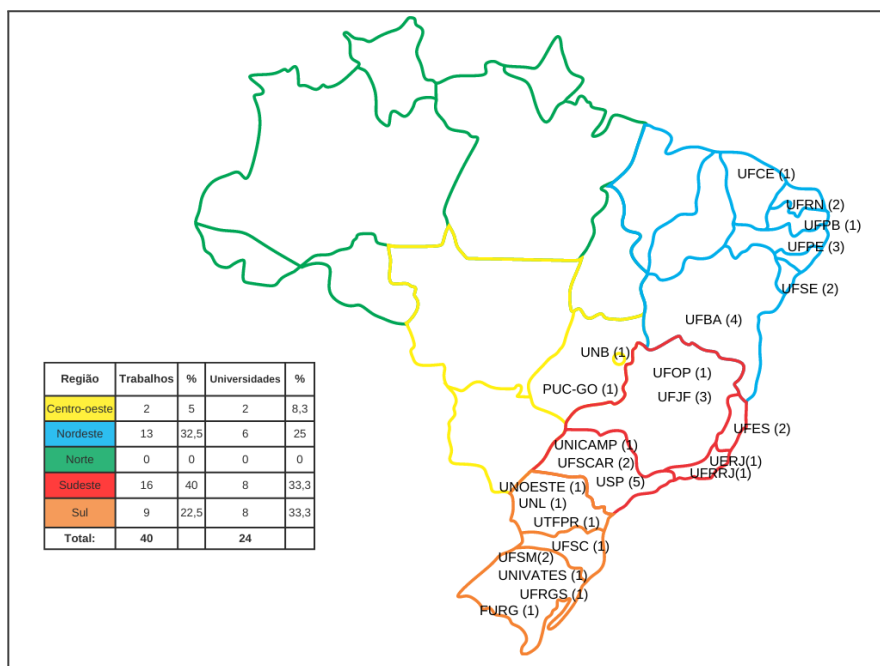
Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

A Figura 2 permite observar que os trabalhos analisados foram desenvolvidos em 24 universidades públicas e duas privadas, em quatro das cinco regiões brasileiras. Os dados parecem sinalizar para a resistência quanto ao tema gênero e sexualidade na Educação Superior (ES) no setor privado da educação. Por outro lado, evidenciam a relevância das instituições públicas quando a pesquisa se propõe à análise de categorias que dizem respeito às populações ainda marginalizadas e que lutam por direitos constitucionais, como o direito ao nome, à vida, à família, à educação.

As pesquisas se distribuem em 21 Programas de Pós-Graduação, em seis áreas de conhecimento da CAPES. Predominam programas da área das Ciências Humanas, com 26 trabalhos, seguida de Ciências Sociais, com cinco trabalhos de Administração/Gestão. Ao considerar que a área de conhecimento Multidisciplinar, também com cinco trabalhos, une as áreas já citadas (Direito, Sociedade, Humanidades...), nota-se que apenas quatro trabalhos foram apresentados em outras áreas (Artes, Saúde e Ciências Exatas). O que nos leva a questionar: Por que o tema não aparece como foco em PPGs de outras áreas?

<sup>4</sup> Todos os trabalhos constam na lista de Referências, sinalizados com: letra da categoria em que se encontra inserido, nº de subcategoria - quando for o caso, e número atribuído na organização da bibliografia anotada e que se manteve, conforme metodologia adotada neste EC. Exemplo: AGRELI, Milene... [A.2.n.7].

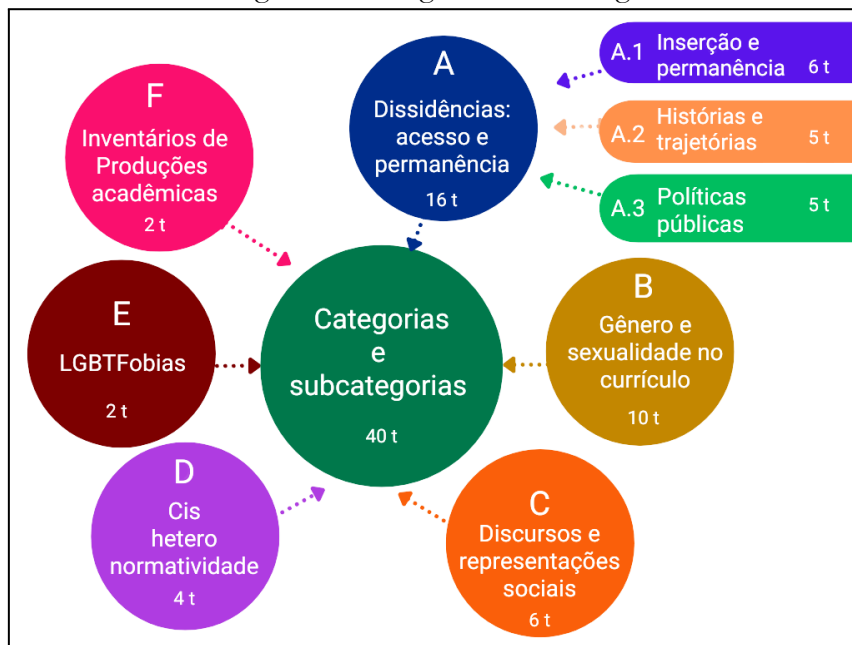
Figura 2 – Distribuição dos trabalhos por regiões



Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

No que tange à abordagem metodológica, predominam as pesquisas de abordagem qualitativa, adotada em 34 trabalhos, representando 85% do *corpus*. Cinco pesquisas adotaram a abordagem quali quantitativa e uma pesquisa da área da saúde adotou a abordagem quantitativa.

Figura 3 – Categorias e subcategorias



Legenda: A ... E = categorias A1...A3 = subcategorias t = n° de trabalhos

Fonte: elaborada pelas autoras (2023).

Na terceira etapa, **Bibliografia Categorizada**, a partir da leitura e sistematização realizadas na etapa anterior, foi possível agrupar os trabalhos por aproximações temáticas, originando-se as seis categorias apresentadas na Figura 3.

Observou-se em diversos trabalhos a intersecção entre as temáticas, de forma que a categorização se deu pela aproximação da temática predominante. O agrupamento dos trabalhos em categorias originou a Planilha de Bibliografia Categorizada, com os campos: número, ano, autor, título, nível, objetivos, metodologia, resultados e categoria. Já na etapa **Bibliografia Propositiva**, Morosini, Kohls-Santos e Bittencourt (2021) nos desafiam a analisar os achados, os indicativos do estudo e pensar em proposições a partir da nossa análise. Nessa etapa, organizamos a Planilha de Bibliografia Propositiva, com os dados: número, categoria, achados e proposições do estudo.

## O QUE SE EVIDENCIA NAS CATEGORIAS

### Dissidências: acesso e permanência

Nessa categoria, foi possível agrupar os trabalhos em três subcategorias: *inserção e permanência*; *histórias e trajetórias*; e *políticas públicas*. Os estudos agrupados na subcategoria **Inserção e Permanência** apresentam a situação paradoxal vivenciada por estudantes dissidentes sexuais e de gênero - em especial pessoas trans, no espaço universitário que se apresenta, tanto como possibilidade de desenvolvimento e afirmação quanto de segregação e violência. Nesse sentido, Silva, E. (2017, p. 20) reconhece que a universidade compreendida "como um terreiro de diversidades, propício para a saída do armário, vivência e expressão das sexualidades e gêneros não-binários e normativos", também se apresenta como espaço de "práticas de silenciamento e invisibilização desses gêneros e sexualidades, em especial nos espaços formais de aprendizagem, a exemplo da sala de aula." (Silva, E., 2017, p. 20). Sobre as contradições vivenciadas por estudantes trans na universidade, a autora Santos (2018) enfatiza que apesar da segregação encontram nela um "espaço para o entendimento de suas próprias identidades, a partir da busca do conhecimento sobre a transexualidade, gênero e sexualidade" (Santos, 2018, p. 71).

Ao escrever sobre presenças trans na universidade, as negociações e agenciamentos nas trajetórias de estudantes e o desgaste que delas resulta, Iazzetti (2021, p. 258) destaca: "[...] potência e perigo surgem como uma corda bamba na permanência nesse espaço". Apesar de normativo e opressivo, o ambiente universitário é também possibilidade de resistência.

A violência e o preconceito, no entanto, antecedem as portas do ambiente universitário. Santos (2018) enfatiza que o processo de segregação vivenciado pelas pessoas trans na Educação Básica continua no Ensino Superior e se torna perceptível já no ingresso, quando sua identidade não é reconhecida e o nome social não é respeitado. Para Scote (2017), apesar de menos incisivo que no Ensino Fundamental e Médio, o preconceito na ES existe e as pessoas trans carregam o medo de passar novamente pela segregação que vivenciaram na escola. Dentre os aspectos problemáticos, o autor evidenciou "A necessidade de sobrevivência dentro de um universo que ainda não as/os compreende e o sentimento de isolamento no contexto universitário frente à transexualidade [...]" (Scote, 2017, p. 139).

O acesso, a formação e a permanência na universidade é facilitado por conquistas legais e de lutas dos movimentos trans (Enem, nome social, cursinhos preparatórios, cotas, são alguns dos aspectos citados nos estudos). Já as dificuldades citadas vão desde pagamentos de mensalidades, acesso

à moradia estudantil e auxílio alimentação, a negação da utilização de espaços (como banheiro e refeitórios), a falta de acolhimento e trato pelos docentes, bem como de funcionários capacitados (Scote, 2017; York, 2020). A presença de pessoas trans na universidade fez surgir espaços importantes e, nesse contexto, os coletivos ativistas e de militância trans, os movimentos sociais (Santos, 2018; Scote, 2017; Silva, E., 2017; Iazzetti, 2021) e programas de extensão (Santos, 2018) se tornam relevantes para a socialização de saberes, a aceitação de subjetividades, ampliação do conhecimento e mudança nos ambientes.

Se o número de pessoas trans nas universidades é baixo, as ações para sua permanência são incipientes e insuficientes para alterar a cultura institucional e ampliar a proteção. Foi o que mostrou Cassimiro (2022), ao analisar as práticas profissionais e de gestão direcionadas a estudantes vítimas de lgbtqia+fobias com rompimento de vínculos familiares. Há, porém, potencial para ampliação. Para Santos (2018, p. 8) é preciso “desfazer ideias preconcebidas sobre corpo, gênero e sexualidade, para que possamos não mais analisar os corpos, os gêneros e as sexualidades das pessoas transexuais, mas aprender a partir deles”. Ao buscar responder a pergunta *Existe universidade em pajubá?*<sup>5</sup> Iazzetti, (2021, p. 283) sugere mudanças diante de experiências complexas que contemplem "futuros compartilhados, [...] a partir de processos diversos de responsabilização e sensibilização. De futuras universidades, pesquisas, existências e mundos possíveis.”

Nas análises desta subcategoria, fica evidente ainda a necessidade de que os estudos contemplem a interseccionalidade de marcadores, que não se limitam a questões de gênero e sexualidade, mas são entrecruzados por questões de raça, credo, políticas, econômicas, sociais.... (Silva, E., 2017; Iazzetti, 2021; York 2020).

O caminho percorrido, a história de cada pessoa impacta no acesso, na permanência e no êxito educacional, é assim na Educação Básica, e as pesquisas evidenciam que o mesmo acontece na Educação Superior. Os estudos identificados na subcategoria *Histórias e Trajetórias* descortinam “mundos imersos em estigmas e sofrimentos” (Agreli, 2017, p. 7). De um lado, trajetórias educacionais com experiências de preconceitos e discriminação, gerando luta e resistência diante de normatizações que insistem em negar direitos e tornar espaços inabitáveis (uso do nome, banheiro, salas, estágios...), mas de outro lado, fazendo emergir estratégias para sobrevivência e, ainda, possibilitando múltiplas formas de vivências, em especial para as pessoas trans. (Ribeiro, I. M. 2019; Araújo, 2021).

Ao pesquisar a construção do self educacional de pessoas trans, Rocha (2021) evidencia discursos de abjeção dos sujeitos na Educação Básica, que chegam à Educação Superior e vivenciam o que denominou de “tensão dialógica”, pois se deparam com discursos e práticas tanto inclusivas quanto excludentes, num processo de coexistência entre posições de abjeção e resistência, corroborando os achados de Ribeiro, I. M. (2019) e Araújo (2021), sobre as experiências universitárias simultaneamente contraditórias dessas pessoas.

A complexidade da vivência na instituição universitária aparece ainda no estudo de Coelho (2021) ao investigar como se dá a identificação lésbica no espaço universitário. A universidade têm papel central para que as mulheres adquiram um repertório que as permita viver, negociar, reconstruir,

---

<sup>5</sup> “O Pajubá tem origem na fusão de palavras provenientes da língua portuguesa com as extraídas dos grupos étnico-linguísticos oriundos da África Ocidental, que foram trazidos ao Brasil para serem escravizados. Também muito utilizado pelos praticantes de vários segmentos das religiões de matriz africana e afro-brasileiras, tais como a Umbanda e o Candomblé, por serem espaços de acolhimento para as minorias, incluindo a comunidade LGBTI+, que passou a adaptar e criar vocábulos em outros contextos no Brasil” (Rodrigues; Andrade, 2023, p. 6).

ressignificar e reivindicar sua lesbianidade, num mundo generificado e heterossexual. Assim, espaços de compartilhamento e politização, a exemplo da moradia estudantil, de coletivos feministas e LGBTQIA+, das repúblicas, do ambiente virtual de ciberativismo, são referenciados como relevantes no acolhimento, disputa e aliança. A autora considera que a vivência lésbica ainda é limítrofe, uma subcategoria da mulheridade. No que tange à influência da universidade sobre a identificação lesbiana, ressalta “a importância das atividades extracurriculares, da imersão no ambiente acadêmico e do ensino entre pares”. Refere que as citações sobre a importância de docentes “se deram em contextos ligados à participação política, à horizontalidade das relações e à performatividade subversiva dos corpos-bandeira.”<sup>6</sup> (Coelho, 2021, p. 162).

Os estudos sobre as *Políticas Públicas* apontam que a inserção e permanência de dissidentes na universidade representam um grande desafio, situação acentuada quando se olha para pessoas trans. A transfobia é uma realidade nas instituições, e se manifesta de diferentes formas, seja na dificuldade de inserção do nome social, no estranhamento de docentes, nas piadas de colegas e professores/as, no medo de identificar-se, na impossibilidade de habitar determinados espaços institucionais, do acesso a determinadas oportunidades de estágios, no desconhecimento e despreparo do corpo técnico e docente para acolher, informar e formar, dentre tantas outras situações (Rosa, 2020; Butkovsky Junior, 2017; Silva, A., 2017). Tal realidade representa, como destaca Rosa (2020, p. 122) um “processo de expulsão que acontece cotidianamente em todos os espaços e processos da universidade” e, para essa pesquisadora, a partir da garantia do acesso e permanência da população trans na universidade se poderá alterar seu processo de desumanização. Em alinhamento, a pesquisa de Butkosky Júnior (2017) conclui que para o exercício e respeito a estudantes transgêneros é necessário criar um conjunto de ações que alcancem mudanças para garantir o adequado atendimento das suas demandas, bem como é relevante que a instituição reforce as políticas de inclusão, promovendo um ambiente acolhedor a seus estudantes.

Ao estudar a implementação de políticas de acesso e permanência de pessoas trans e as principais demandas dessa população, Souza (2019) identificou diferenças e semelhanças de vivências no espaço acadêmico, perpassadas por diversas intersecções. As necessidades são distintas e envolvem desde profissionais capacitados para eventos temáticos, demandas de saúde (como acompanhamento psicológico e hormonal), uso de espaços sem sofrer violência, até cotas para pessoas trans. Enfatiza que “corpos trans são inventivos, *transbordam*, *transcendem* e *transformam* os lugares em que se encontram [...]” (Souza, 2019, p. 142).

Em sua tese, Correa (2017) acompanhou o percurso e lutas de um grupo de pessoas trans para o uso do nome social, concluindo que “[...] o direito conversa com a transexualidade pelo viés da precariedade, da possibilidade de, a qualquer momento, lembrar à essa/esse sujeita/o seu lugar, que é fora da cidadania plena” (Correa, 2017, p. 331). Enfatiza a importância de visibilizar as resoluções que existem na maioria das universidades públicas, evidenciando as faces de quem transita onde não é desejado, “faces da transexualidade e da travestilidade e com elas, todas as transgressões ao modelo conservador de gênero e sexualidade” (Correa, 2017, p. 331). Cabe ainda destacar a relevância da participação de estudantes trans em movimentos sociais e grupos de pesquisa, em ações articuladas, como decisiva para as regulamentações e conquistas de direitos (Correa, 2017; Silva, A., 2017).

---

<sup>6</sup> “[...] corpos que atuam politicamente por meio de sua existência performativa.” (Coelho, 2021, p. 67).

## Gênero e sexualidade no currículo

Os estudos agrupados nesta categoria tratam das questões relativas à formação de profissionais, em especial de docentes, de ferramentas para tal formação e de como se dá a inserção da temática gênero e sexualidade no currículo dos cursos.

Em sua dissertação, Silva (2011), ao analisar projetos pedagógicos e discursos sobre gênero, sexualidade e currículo em cursos de Pedagogia de três instituições federais conclui que existe a possibilidade de abordar gênero e sexualidade no currículo, porém, tal possibilidade é dependente dos atores, ou seja, se efetivará quando algum docente ou estudante assumir para si tal tarefa, devendo buscar entendimentos por conta própria. Tais conclusões se alinham aos achados de Soares (2018) ao analisar em sua tese a inserção, trajetória e permanência de disciplinas com marcadores de gênero e diversidade sexual também no curso de Pedagogia de universidades públicas mineiras. Destaca que "a inclusão de gênero e diversidade sexual na Educação se dá de forma restrita e dependente da iniciativa de docentes que pesquisam e coordenam as temáticas [...]" (Soares, 2018, p. 142). A permanência das disciplinas no curso, "tem relação com as estratégias e articulações que as/os docentes têm desenvolvido na instituição, em grupos de pesquisa, associações de classe, movimentos sociais e outros segmentos da sociedade civil" (Soares, 2018, p. 146). Trazem à luz o jogo de poder existente nos cursos, a influência das políticas educacionais, modalidades de oferta, as brigas por espaços e maior carga-horária, ou seja, um campo de disputas, fazendo (ou não) a reforma acontecer. Ademais, gênero e sexualidade envolvem noções de público e privado, impactando como serão ou não abordados no currículo (Silva, 2011; Soares, 2018).

Ao avaliar a efetividade de um programa de educação sexual com estudantes de Pedagogia, Andrade (2019) concluiu que a temática, quando incluída já no início do curso, pode tornar os futuros profissionais melhor preparados para abordarem o tema. Já sobre ferramentas para formação, Malta (2016) conclui que o uso de jogos eletrônicos na formação de profissionais da educação, bem como na fase inicial do curso, favorece as discussões sobre gênero e sexualidade, entre outras formas de diversidade.

Ao estudar a formação docente em Psicologia, com atravessamentos de temas relacionados a gênero e sexualidade, Benitez (2021) investigou como docentes universitários trans masculinos percebem sua formação como Psicólogos e como Professores. As narrativas de docentes transhomens "[...] carregam uma marca necessária para a compreensão sobre educação, em especial para pessoas cisgêneras" (Benitez, 2021, p. 25). Não restringir uma vivência à transmasculinidade, olhar para o que está além das sexualidades ou das identidades, reconhecer a coletividade que cada existência carrega, representa "[...] uma proposta de ruptura profunda com algumas práticas naturalizadas, tanto na Educação quanto na Psicologia" (Benitez, 2021, p. 135).

Em sua dissertação Gomes (2020) apresenta resultado de análise da inserção das temáticas de gênero, sexo e orientação sexual em diversos cursos das áreas da saúde em instituições públicas do Rio Grande do Norte. O autor avaliou a formação e as concepções sobre saúde LGBT de estudantes concluintes, observando que são mais frequentes na formação itens relacionados às pessoas trans e

travestis. Com relação às concepções sobre a saúde LGBT, houve concordância da maioria com políticas de saúde para essa população. Conclui que a formação dos profissionais de saúde "é atravessada, por experiências individuais e institucionais, que devem ser consideradas nas diretrizes da PNSI-LGBT<sup>7</sup>, para assim potencializar e democratizar o acesso a itens essenciais para o cuidado aos corpos no SUS" (Gomes, 2020, p. 6). Alerta, porém, que tal discussão não pode se dar à margem do currículo, dependendo exclusivamente da iniciativa e busca de conhecimento pelos estudantes. Torna-se fundamental a compreensão de direitos e políticas públicas para a população LGBT, cujas vidas precisam ser cuidadas. É preciso compreender marcadores de gênero, sexo e orientação sexual, bem como "suas produções nos corpos no campo da prática, uma vez que é nesse espaço em que estudantes da área da saúde irão necessitar de um arcabouço formativo que dê subsídio para suas práticas profissionais" (Gomes, 2020, p. 67).

Ao investigar a emergência de disciplinas que discutem a sexualidade nos diferentes cursos de graduação das universidades federais brasileiras, Rizza (2015, p. 16) mostrou que são poucas as instituições em que não há oferta de disciplinas, produzindo a tese de que "a sexualidade tem se tornado, na atualidade, cada vez mais visível e enunciável, que há uma incitação discursiva acerca da sexualidade a qual vem produzindo efeitos no campo educacional, chegando a ser tema de debate no Ensino Superior, por meio de disciplinas." A pesquisadora pensa as disciplinas enquanto estratégias biopolíticas, mais visíveis na contemporaneidade. As políticas educacionais impulsionam a discussão sobre sexualidade, gênero, diversidade e diferença, "tornando-se pauta de debate nas ementas das disciplinas, constituindo assim um campo de disputas, uma arena de poder e de saber que engendram mecanismos de controle e regulamentação, produzindo assim uma arte de governar a população" (Rizza, 2015, p. 147).

Em outro contexto, Ribeiro, I. W. (2019) buscou verificar como uma universidade comunitária no Sul do país performa práticas de gênero no seu currículo. Os resultados da pesquisa descrevem que os seguintes discursos compõem o currículo da instituição analisada: política afirmativa, linguagem, binariedade sexo-gênero, maternidade, estados civis, família, violência de gênero, masculinidade, banheiros. "Percebe-se que existem tensionamentos internos, divergências e invisibilidades em torno da performatividade de gênero", porém há o interesse da instituição em "[...] tomar as práticas de gênero como uma questão importante para o desenvolvimento sustentável, acadêmico e regional" (Ribeiro, I. W. 2019, p. 169).

O trabalho de Silva (2020) ao buscar compreender a constituição do Grupo de Estudos, Pesquisa e Ensino de Sexualidade GEPESEX, no contexto do curso de Ciências Biológicas da Universidade Federal do Ceará, identificou sua importância para o curso e para a formação docente. Proposto e mantido por alunas de 2012 a 2015, o grupo representava um espaço coletivo e colaborativo de aprendizado, inexistente no currículo, que ultrapassou as fronteiras institucionais, atuando em escolas e publicando trabalhos em eventos. A autora conclui que ao não mais contar com o grupo, enquanto ambiente para uma formação de professores comprometida com a realidade, o curso perde muito, sendo necessária e urgente a criação de outro espaço semelhante.

O estudo de Silva (2019) ressalta a importância e propõe repensar gênero e sexualidade nas ações institucionais e na atuação de estudantes, professores e gestores, a partir da Pedagogia Queer.

---

<sup>7</sup> Política Nacional de Saúde Integral LGBT

Assim, reforça a luta contra as violências: "Ao perceber os procedimentos (hetero)normativos que são evidenciados nos currículos, procura-se promover instabilidades, transgressões e os arranjos não dicotômicos da Teoria Queer para subverter as lógicas pedagógicas das Instituições de Ensino Superior (IES)" (Silva, 2019, p. 8).

## **Discursos e representações sociais**

Em seus estudos de mestrado, Porcino (2016) e Araújo (2018) analisaram as representações sociais sobre travestis e pessoas trans, respectivamente. Na pesquisa realizada com estudantes de bacharelado em Saúde, Porcino (2016) observou que no núcleo central das representações sociais do grupo investigado não há diferenciação entre a identidade de gênero e a orientação sexual, reproduzindo, a partir da diferenciação biológica homem-mulher, aspectos culturais e sociais. Ficou evidente que o preconceito é percebido como o principal enfrentamento diário das travestis. Entendendo que as representações sociais de psicólogos podem influenciar suas posições e práticas, Araújo (2018) buscou conhecer as representações sociais de pessoas trans entre os estudantes de psicologia. Emergiram com maior força em tais representações os elementos: mudança de sexo; gênero; e identidade. Estudantes iniciantes e concluintes consideraram sua formação no curso insuficiente/insatisfatória para realizar um trabalho clínico e individual com relação a gênero e sexualidade.

Nos estudos para sua tese, Siedlecki (2016, p. 16) - com o objetivo de "investigar os discursos de licenciandos/as em música acerca da diversidade de gênero e sexualidade, em suas relações com a música" - trabalhava com a hipótese de que nos espaços acadêmicos já se dessem discussões e que os estudos sobre gênero e sexualidade fizessem parte da formação dos licenciandos em música. Mas, tal hipótese não se confirmou, "dando lugar à compreensão de que o silêncio sobre a articulação música/gênero/sexualidade nos espaços acadêmicos atravessava a percepção do/as licenciando/as em música" (Siedlecki, 2016, p. 150). Tal silêncio, definido como perturbador, se traduz em um discurso que torna inviáveis existências fora da hetero-cis-normatividade. Ainda sobre representações sociais, Lima (2017) pesquisou as práticas sociais relacionadas a gênero e sexualidade entre jovens universitários de duas universidades de Goiás, analisando quais significados e sentidos foram construídos por esses jovens a partir da convivência interna e externa ao ambiente universitário, concluindo que:

[...] de acordo com as representações que cada jovem possui sobre sexualidade e gênero, suas práticas se convergem para comportamentos que viabilizam o respeito e a tolerância, legitimando as diferenças e garantindo muito mais do que antes, a inclusão, igualdade de oportunidades e o enfrentamento de todos os tipos de preconceito, discriminação e violência, especialmente no que se refere a homossexualidade (Lima, 2017, p. 161-162).

"Fora do padrão", "quebra de padrão", "desigualdade de gênero", "minorias", "incômodo", "diferente" foram categorias que emergiram na pesquisa de Góes (2019) com docentes e discentes, para compreender gêneros não binários nos contextos de formação universitária em uma instituição da Paraíba. Evidenciou que estudantes não-binários eram as pessoas mais excluídas, com reconhecimento de docentes sobre a falta de preparo pedagógico e da instituição na relação com tais estudantes, que "sentem a força das imposições normativas que maceram sobre si mesmos/as a dominância do sistema sexo-gênero, o que implica dizer que a (re)construção do sujeito é uma luta constante [...]" (Góes, 2019,

p. 41). Destaca a necessidade de planejar políticas institucionais consistentes para que a aprendizagem ocorra independente da situação de gênero.

*Que verdades podem nos fazer livres?* Sob este título, Ferreira (2021) apresenta, a partir de fundamentos da cultura afro, o conceito de ignorância sistêmica e coletiva (àimòtologia<sup>8</sup>) na universidade. Buscando responder como as àimòtologias relacionadas a gênero e raça se manifestam nos discursos de professores da pós-graduação, conclui que é preciso deixar a cartesianidade de lado para repensar a universidade e o que é ciência, conhecimento e tecnologia. A presença de pessoas pobres, indígenas, negras, LGBTI+ no ambiente universitário e na pós-graduação “[...] obriga esses espaços a repensar seus discursos e repensar o próprio conhecimento produzido, compartilhado e dialogado com a sociedade” (Ferreira, 2021, p. 168). O autor espera que seja possível realizar esse processo de forma coletiva e a partir das diferenças.

### **Cisheteronormatividade<sup>9</sup>**

Vários trabalhos analisados mencionam a normatividade, a heteronormatividade e a cisgeneridade como padrão normatizado na sociedade e nas instituições universitárias. No entanto, os trabalhos aqui categorizados tiveram como foco principal essa temática.

Os estudos de Higashi (2018) e de Mendes (2019) analisaram a heteronormatividade no curso de Administração em duas universidades federais. A dissertação de Higashi (2018) analisou documentos institucionais e discursos de estudantes, observando sinais de naturalização da heteronormatividade, concluindo que gênero e diversidade são temas discutidos de forma acanhada no curso, sendo o ambiente universitário fora do curso mais democrático que o interno, favorecendo o surgimento de grupos de afinidade que, de certa forma, subvertem o *status quo*. A tese de Mendes (2019, p. 9) indica que o discurso de orientação sexual implícito no curso “[...] possui pressupostos normalizadores e heteronormativos, que restringem as categorias identitárias reconhecidas neste contexto específico e demandam dos estudantes performances consideradas legitimadas no curso”.

Ambos pesquisadores concordam que a heterossexualidade compulsória normatiza discursos e corpos discentes no curso de Administração. “Os discursos dos discentes, com seu posicionamento ‘politicamente correto’, continua sendo reflexo dos valores disseminados pela cultura heteronormativa na sociedade”, representa a visão de Higashi (2018, p. 104), a qual é corroborada por Mendes (2019, p. 9), haja vista que “A matriz heterossexual possibilita certo controle social na Administração a partir de elementos legitimados e universalizantes que projetam as performances esperadas pelo(a) administrador(a), e que buscam conformar os corpos discentes sobre identidades previamente arquitetadas”.

A construção das masculinidades com base nas relações de gênero é evidenciada nos discursos e práticas de estudantes de graduação de duas universidades federais de São Paulo. Estudo de

<sup>8</sup> Ao unir a língua e cultura Iorubá ao grego/latim, propondo trazer a os saberes negros para a academia, Ferreira (2021, p. 124) apresenta o seguinte conceito: “é um estudo da produção cultural de ignorâncias, uma vez que estas fazem parte das vivências humanas cotidianas e, ao mesmo tempo, também podem ser utilizadas para apresentar, manipular e/ou uniformizar determinadas narrativas às sociedades.”

<sup>9</sup> Matriz regulatória e normatizadora que, a partir da lógica sexo-gênero-sexualidade, impõe a heterossexualidade e a cisgeneridade como padrão de normalidade, discriminando quem subverte tal lógica (D’Ávila, 2022; Lemos, 2017; Vergueiro, 2015).

Floeter (2012, p. 86) mostra que a rivalidade entre as associações acadêmicas de estudantes de ambas as instituições representa a rivalidade "entre o que é ser autenticamente masculino e heterossexual em contraposição ao que é ser feminino e não-heterossexual, estes amplamente concebidos como inferiores em inúmeros sentidos". Enfatiza que a rivalidade não está circunscrita ao campus e, mesmo sem perceber, as pessoas carregam os valores de tal rivalidade nas suas subjetividades e comportamentos. A formação das subjetividades e da afirmação e confirmação da "masculidade autêntica" se dá pela negação, desvalorização e ataque ao feminino e à homossexualidade. O dispositivo da rivalidade "[...] é minuciosamente ensinado e apre(e)ndido pelos sujeitos, sejam homens ou mulheres [...] só é eficaz porque atua de modo disciplinador em todos. Até mesmo nos sujeitos que são evidentemente prejudicados por ele." (Floeter, 2012, p. 84).

Ao pesquisar vivências trans na universidade federal, Matos (2022) relata que passou por processo de desconstrução ao reconhecer, como fruto da cisgeneridade, erros cometidos e processos que exotificam as pessoas trans. Ressalta a dificuldade de resposta rápida às suas demandas, destacando que a universidade reproduz violências e silenciamentos, mas contraditoriamente apresenta “[...] potencial para a desconstrução dessa cisnorma arraigada, fomentando o encontro entre pessoas trans que se auxiliam na permanência, ao mesmo tempo em que convidam pessoas cis a rever suas ideias e atitudes” (Matos, 2022, p. 7).

## **LGBTFobias**

Observamos, pela análise dos trabalhos até então apresentados, que a violência perpassa as vidas dissidentes na universidade, seja em sala de aula ou nos demais espaços universitários.

Em pesquisa realizada com estudantes de Licenciatura em Física e Pedagogia de uma universidade federal de Pernambuco, Oliveira (2018, p. 207) conclui que a angústia que decorre da LGBTFobia se configura em colonialidade do ser “[...] à medida que os modelos de representação social e de relações de gênero e de sexualidade se mantêm dentro de parâmetros construídos historicamente.” A maior manifestação de LGBTFobia ocorre em relação a estudantes de Pedagogia, já no curso de Física discentes LGBT e mulheres são quem mais sofre preconceito decorrente da heteronormatividade. Tristeza, medo, sufocamento foram as principais manifestações de angústia e colonialidade do ser, em face da LGBTFobia. "Revelou-se uma espécie de separação territorial entre os cursos estudados e que alunos, professores, o Restaurante Universitário e profissionais terceirizados representam fontes de LGBTFobia" (Oliveira, 2018, p. 8).

Investigando como se dá a lesbofobia na vida de mulheres lésbicas em uma universidade federal, Pedroso (2020) observou que todas as pessoas do universo de LGBTI+ acabam sendo privadas de alguns direitos sociais e políticos, pois não são vistas/tratadas como sujeitos de direitos. No levantamento bibliográfico realizado em sua dissertação ficou evidente a pouca produção acerca da lesbianidade na educação quando comparada a produções sobre outras sexualidades. Ao apresentar a universidade como um território contraditório de disputas (liberdade versus vigilância sexual) onde o reconhecimento das pessoas LGBT+ não ocorre plenamente, destaca que a discriminação e violência se estende a espaços de vivência e convivência, como repúblicas estudantis, espaços de lazer, festas. Em alinhamento a Oliveira (2018), observa que coletivos estudantis e projetos de extensão representam importante rede de apoio. E conclui: “[...] observamos jogos de poder, de (in)visibilidade da mulher

lésbica [...], configurando a universidade como um não-lugar para as existências dissidentes da heteronormatividade" (Pedroso, 2020, p. 5).

### **Inventários de produções acadêmicas**

Visando a analisar as pesquisas sobre gênero e sexualidade no âmbito dos programas de pós-graduação das instituições de ES das regiões norte e nordeste brasileiro, Santos (2020) realizou mapeamento, em estudo do tipo estado da arte, na plataforma digital Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações - BDTD. Com um *corpus* de análise de 107 pesquisas da região Norte e Nordeste, apresenta cinco categorias de análise: currículo, formação docente, práticas pedagógicas e vivências. Na categoria *currículo*, evidencia a necessidade de discutir como as questões de gênero e sexualidade estão colocadas nos currículos, produzindo “normalização, exclusão, preconceito e desigualdade”, sendo o currículo percebido “[...] como artefato implicado na produção de corpos e sujeitos generificados, a partir do binarismo homem/mulher, da masculinidade como referência, e da heteronormatividade como legitimadora da sexualidade” (Santos, 2020, p. 100). Com relação à *formação docente*, embora as pesquisas não assegurem a mudança de comportamento e discursos docentes, “possibilitam mais espaços de discussões tanto na formação inicial quanto na continuada” (Santos, 2020, p. 154). No que tange às *práticas pedagógicas*, as pesquisas apresentam os desafios encontrados pela escola no processo de produção das masculinidades e feminilidades. A pesquisadora entende que “é necessário um deslocamento de sentidos, representações e posições sociais e políticas capazes de (re)pensar os modos de existência sob a perspectiva das diferenças” (Santos, 2020, p. 154). Os trabalhos da categoria *vivências* - partindo das experiências vivenciadas pelos interlocutores das pesquisas, ao compartilharem suas percepções, práticas e sentimentos, evidenciam uma abertura no campo de produção de saberes, “[...] isso nos anima a considerá-lo como espaço de possibilidade, de exploração e de contribuição para que a educação possa acolher a diferença” (Santos, 2020, p. 154).

A partir do estudo, Santos (2020) apresenta elementos a considerar como base para elaboração de políticas públicas (como o aumento de grupos de pesquisa e trabalho sobre gênero e sexualidade, a inclusão de disciplinas nos cursos de formação profissional e grades curriculares, a capacitação de professores e gestoras das escolas), sugere pesquisas futuras sobre a temática das vivências trans e sobre o impacto das discussões de gênero e diversidade sexual na diminuição de comportamentos machistas, sexistas, misóginos e lgbtfóbicos em instituições de ensino ou no uso das pedagogias culturais.

Estudo de Martins (2021) buscou conhecer o que se fala sobre as lesbianidades em artigos produzidos na temática gênero e Ensino Superior. Ao revisar anais de três congressos nacionais, evidenciou a dificuldade de encontrar textos sobre lesbianidades, em alinhamento ao estudo de Pedroso (2020), e lacunas da produção de conhecimento no campo de gênero. A pesquisadora identificou trabalhos sobre os processos de acesso de mulheres e LGBTI+ à ES, porém com a ausência de pesquisas sobre as dificuldades resultantes da lesbofobia. Ao ressaltar a persistência de mecanismos da heterossexualidade como regime político na ES, que se refere a todo um sistema simbólico que exclui lésbicas das universidades, Martins (2021, p. 191) destaca a importância para a visibilidade lésbica: “[...] importa também que a visibilidade dê conta da vida pulsante e potente das lésbicas, também no interior da universidade, de modo a trazer justiça acadêmica, justiça epistêmica e justiça científica.”

## O QUE FICA NA BAGAGEM?

Ao findar o caminho trilhado, cabe olhar o que fica na bagagem para que possamos nos direcionar a novos horizontes. O que aprendemos nessa jornada? Que bases construímos para fortalecer nossos pés e seguir adiante?

No que tange ao **acesso e permanência** de estudantes dissidentes na Educação Superior (graduação e pós-graduação), os estudos evidenciam o caráter paradoxal da universidade. Se, de um lado, representa um espaço para o autoconhecimento, afirmação, liberdade e desenvolvimento, de outro, oprime, segrega e violenta. Nesse contexto de experiências contraditórias - que precisa ser analisado a partir das interseccionalidades que marcam as pessoas; espaços de compartilhamento, movimentos coletivos de luta, grupos de estudos e pesquisa, projetos de extensão se destacam como relevantes, representando importantes estratégias de (sobre)vivências, como "escapes do" e "fissuras no" sistema vigente, para que potências possam emergir mesmo em situações de perigo.

É preciso considerar que, apesar do avanço que políticas públicas, como o uso do nome social, possam ter representado, ainda há muito a avançar para que as universidades viabilizem o direito à educação de forma equitativa. O acesso de forma digna, a permanência nos espaços (físicos, virtuais e acadêmicos) e o êxito de todos, todas e todes<sup>10</sup> precisa ser previsto e implementado nas políticas públicas e institucionais, e as pessoas devem estar preparadas para que se realizem, de fato. Ficou evidente que estruturas, docentes e corpo técnico não têm, em sua maioria, o conhecimento e preparo necessário para atuar na e pela diferença.

Com relação a inserção da categoria gênero e sexualidade no **currículo**, os estudos destacam que é possível, porém dependente dos atores envolvidos no processo, quais sejam professores e estudantes. Tal inserção apenas ocorre quando professores ou estudantes tomam para si tal tarefa, de forma que as instituições parecem ignorar tal necessidade. Nesse sentido, grupos de estudos representam importantes espaços para uma formação comprometida com a realidade. Há uma relação percebida ainda com a atuação desses docentes e estudantes em grupos de pesquisas, movimentos sociais, associações de classe, entre outros.

A inclusão e permanência das disciplinas no currículo constituem um campo de disputas, citado em um dos estudos como estratégias biopolíticas, gerando mecanismos para controlar e regular a população. A pedagogia Queer é apresentada como forma de promover "fissuras" e subverter a lógica pedagógica estabelecida nas instituições de Ensino Superior. Os estudos mostram ainda a relevância de inserir a temática nos semestres iniciais dos cursos, e que diferentes ferramentas podem favorecer o entendimento e discussões realizadas.

Trabalhos realizados nas áreas da saúde e psicologia referem que a formação dos profissionais e docentes é atravessada por experiências individuais e institucionais, devendo ser consideradas nas políticas públicas. Não podem, no entanto, ficar à margem do currículo. Além disso, para romper com algumas práticas naturalizadas, é preciso olhar o que está além das sexualidades ou das identidades, reconhecer a coletividade que cada existência carrega, do contrário, corre-se o risco de reforçar uma visão "fetichizada" sobre os corpos dissidentes.

---

<sup>10</sup> adotamos aqui uma neutralidade de gênero, inexistente no dicionário da língua portuguesa, com o intuito de marcar no texto as existências de quem não se conforma à normatividade vigente.

As pesquisas acerca de **discursos e representações sociais** evidenciam o preconceito sofrido, em especial pelos gêneros não binários, transexuais e travestis. “Fora do padrão”, “quebra de padrão”, “desigualdade de gênero”, “minorias”, “incômodo”, “diferente” foram algumas das categorias que emergiram nas pesquisas sobre representações sociais. Embora a presença das minorias (pobres, indígenas, negras, LGBTQ+...) obrigue as instituições a repensarem seus discursos e o conhecimento que se produz, forçando o diálogo, é notório o silenciamento das questões de gênero e sexualidade na formação universitária.

Observamos que a heterossexualidade e a cisgeneridade como padrão normatizado na sociedade se faz presente nas universidades, transparecendo na maioria dos estudos. As pesquisas com foco na categoria **cisheteronormatividade**, destacam a naturalização da heteronormatividade, demandando de estudantes performances consideradas legítimas em cursos como o de Administração, onde o ambiente fora do curso é mais democrático, uma vez que o ambiente interno é normatizado pela heterossexualidade compulsória, cujo reflexo se evidencia no discurso "politicamente correto" dos estudantes.

Destaca-se a rivalidade como dispositivo entre estudantes de diferentes cursos e instituições, onde as relações de gênero são base para a construção das masculinidades. Tal dispositivo funciona contrapondo masculinidades heterossexuais (consideradas autênticas) e existências femininas e não-heterossexuais (consideradas inferiores).

Também em decorrência da cisgeneridade, os estudos sinalizam para erros e processos que exotificam corpos dissidentes, em especial existências trans. Encontramos um ambiente universitário contraditório, que reproduz silenciamentos e violências, mas que ao mesmo tempo desafia as pessoas cis à revisão e mudança de suas ideias e atitudes.

Os trabalhos analisados neste estudo suscitam que a violência perpassa as existências LGBTQIA+, tanto em sala de aula quanto nos demais espaços de (con)vivência universitária. A heteronormatividade presente no contexto universitário resulta em preconceito, violência, adoecimento, invisibilidade e segregação. A **LGBTfobia** é mais evidente em cursos considerados mais "femininos", como a Pedagogia e em relação a essa população em cursos como Administração, Engenharias, Física, ou seja, cursos considerados "masculinos".

Nos trabalhos que categorizamos como **inventários de produções acadêmicas**, percebemos alinhamento com as categorias que emergiram neste estudo. Ademais, foi possível notar ausências, como pesquisas acerca de lésbicas, pessoas intersexo, bissexuais e pansexuais. As pesquisas sobre pessoas trans representaram a maioria, evidenciando o sofrimento dessas existências e suas resistências no meio universitário.

**E a Engenharia?** Nesta trilha do EC, não foram encontrados estudos específicos sobre gênero e sexualidade, em especial sobre dissidências, nos cursos de Engenharia, apenas alguns estudos que tiveram, dentre os participantes, poucos estudantes da área. Segue em nossa bagagem o questionamento sobre os motivos de tal silêncio: *seriam as Engenharias territórios inabitáveis para os corpos dissidentes?*

## REFERÊNCIAS

- AGRELI, Milene Soares. *A inclusão da diversidade sexual na Universidade*. 2017. Tese (Doutorado em Psicologia) – Universidade de São Paulo. Ribeirão Preto, SP, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.59.2018.tde-23032018-103830> Acesso em: 13 jan. 2023. [A.2.n.7]
- ANDRADE, Josiane Conceição de. *Avaliação da efetividade de um programa de ensino sobre educação sexual para acadêmicos de pedagogia*. 2019. 73 p. Dissertação (Mestrado em Ensino) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná. Foz do Iguaçu, PR, 2019. Disponível em <http://tede.unioeste.br/handle/tede/4711> Acesso em: 03 fev. 2023. [B.n.151]
- ARAÚJO, Paula da Silva de. *Representações sociais da pessoa transexual entre estudantes de psicologia*. 2018. 59 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2018. Disponível em <https://tede.ufrjr.br/jspui/handle/jspui/4947> Acesso em 06 fev. 2023. [C.n.279]
- ARAÚJO, Samuel Moreira de. *As trajetórias escolares de homens trans: da educação básica ao ensino superior*. 2021. 175 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, SP, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13530> Acesso em: 02 fev 2023. [A.2.n.80]
- BENITEZ, Luciano Anchieta. *Professores-psicólogos (trans)formadores: narrativas ético-afetivas de masculinidades fora do cis-tema*. 2021. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2021. Disponível em <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/23628> Acesso em: 06 fev. 2023. [B.n.207]
- BUTKOVSKY JUNIOR, Carlos Alberto. *Identidade de gênero: o registro do nome social no meio acadêmico (um estudo de caso na UFES)*. 2017. 100 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Gestão Pública) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2017. Disponível em <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8704> Acesso em 14 fev. 2023. [A.3.n.63]
- CAPCS. Centro de Apoio à Pesquisa no Centro de Saúde da UERJ. *Você sabe o que são operadores booleanos?* Rio de Janeiro: 09 dez, 2020. Disponível em: <http://www.capcs.uerj.br/voce-sabe-o-que-sao-operadores-booleans/> Acesso em: 04 dez 2023.
- CASSIMIRO, Hiury Milhomem. *“A UnB saiu do armário?”: práticas profissionais e de gestão para a permanência de estudantes LGBTQIA+ na Educação Superior*. 2022. 150 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Universidade de Brasília. Brasília, DF, 2022. Disponível em <https://repositorio.unb.br/handle/10482/43806> Acesso em 03 fev 2023. [A.1.n.112]
- COELHO, Mônica Saldanha. *Processos de identificação lesbiana no espaço universitário: pertencimentos, acolhimentos, reelaboração, disputas e politizações*. 2021. Dissertação (Mestrado em Educação e Ciências Sociais) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2021. doi:10.11606/D.48.2021.de-18022022-102648. Acesso em: 06 fev. 2023 [A.2.n.276]
- COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador, BA: EDUFBA, 2015.
- CORREA, Crishna Mirella de Andrade. *Subjetividades em trânsito: nome social, travestilidades e transexualidades em duas universidades públicas do sul do Brasil*. 2017. 379 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, SC, 2017. Disponível em <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/185435> Acesso em: 02 de fev. 2023. [A.3.n.61]

D'AVILA, Isabella Campos Freitas. *Narrativas de docentes LGBTI+ no ensino superior: uma análise das repercussões da cisheteronormatividade nas identidades*. 2022. 157 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, MG, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/44801> Acesso em: 05 dez 2023.

FERREIRA, Michel Alves. *Que verdades podem nos fazer livres? desvelando discursos àmõtológicos de gênero e raça nos espaços das universidades*. 2021. Tese (Doutorado em Tecnologia e Sociedade) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Curitiba, PR, 2021. Disponível em <http://repositorio.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/26645> Acesso em 03 fev 2023. [C.n.98]

FLOETER, Guilherme Saade. *“Xupa, CAASO!”: masculinidades e relações de gênero na Associação Atlética Acadêmica da UFSCar*. 2012. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos. São Carlos, SP, 2012. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/7669>. Acesso em: 03 fev. 2023. [D.n.145]

GÓES, Fernanda Karla Fernandes Da Silva. *O quarto excluído: gêneros não binários e formação universitária*. 2019. 310 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19692> Acesso em: 02 fev. 2023. [C.n.76]

GOMES, Sávio Marcelino. *Formação em saúde sobre o cuidado à população Lésbica, Gay, Bissexual, Travesti e Transexual*. 2020. 91f. Dissertação (Mestrado em Saúde Coletiva) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2020. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/30007> Acesso em 02 fev 2023. [B.n.6]

HIGASHI, Roberto. *A heteronormatividade e a graduação em administração*. 2018. 116 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2018. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/8886> Acesso em: 07 fev. 2023. [D.n.289]

IAZZETTI, Brume Dezembro. *Existe 'universidade' em pajubá?: transições e interseccionalidades no acesso e permanência de pessoas trans\**. 2021. 311 p. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas. Campinas, SP, 2021. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1641814>. Acesso em: 02 fev. 2023. [A.1.n.35]

IBICT. Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia. O que é a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD)? FAQ. Dúvidas frequentes. Brasília, DF. [S.d., n.p]. Disponível em: <https://bdtd.ibict.br/vufind/faq/home> Acesso em: 14 fev. 2023.

KOHL-SANTOS, Pricila; MOROSINI, Marília. O revisitar da metodologia do Estado do conhecimento para além de uma revisão bibliográfica. *Revista Panorâmica*. ISSN 2238-9210. V. 33. Maio-Ago, 2021. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/revistapanoramica/index.php/revistapanoramica/article/view/1318>. Acesso em: 22 maio. 2025.

LEMOES, Diego José Sousa. *Contando as mortes da violência trans-homofóbica: uma pesquisa sociojurídica dos processos criminais na cidade do Recife e uma análise criminológico-queer da violência letal*. 2017. 301f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/28348> Acesso em: 05 dez 2023.

LIMA, Valéria Soares de. *Prática social relacionada a sexualidade e gênero entre jovens universitários*. 2017. 185 f. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2017. Disponível em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/handle/tede/3829> Acesso em 02 fev 2023. [C.n.48]

LUZ, Rudson Adriano Rossato da; CARBONARA, Vanderlei. Para além da identidade: um percurso sobre educação e sexualidade, a partir de Lévinas e Butler. In: SOARES, Eliana Maria do Sacramento; SOUZA, José Edimar de. (org.) *Estudos e horizontes de pesquisa em educação*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, 2021. p. 343-370. v.12.

MALTA, Aline Rodrigues. *Games e gênero: as contribuições dos jogos eletrônicos na formação dos pedagogos*. 2016. 124 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/24801> Acesso em: 03 fev. 2023. [B.n.153]

MARTINS, Luisa Bitencourt. *Em busca das lésbicas na produção acadêmica: gênero, feminismos e Ensino Superior*. 2021. 200 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, SP, 2021. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/13770> Acesso em:02 fev 2023. [F.n.18]

MATOS, Marília Neri. *Cisnormatividade e presenças trans em universidades públicas da Bahia*. 2022. 226 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/34838> Acesso em: 02 fev. 2023. [D.n.52]

MENDES, Diego Costa. *Ser ou não parecer no curso de Administração? Eis a questão!:* a performance de alunos gays e bissexuais no contexto de um curso heteronormativo. 2019. 217 f. Tese (Doutorado em Administração) – Universidade Federal de Pernambuco. Fortaleza, PE, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/34305> Acesso em 02 fev. 2023. [D.n.22]

MOROSINI, Marília; KOHLS-SANTOS, Pricila; BITTENCOURT, Zoraia. *Estado do conhecimento: teoria e prática*. Curitiba, PR: CRV, 2021.

OLIVEIRA, Márcio Rubens de. *Angústia e colonialidade do ser: percepção sobre LGBTfobia em estudantes de licenciatura em pedagogia e em física do Centro Acadêmico do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco*. 2018. 229 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE, 2018. Disponível em <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/31968> Acesso em: 06 fev. 2023. [E.n.172]

PEDROSO, Amanda. *A lesbofobia no ensino superior: expressões e possibilidades de enfrentamento*. 151 f. 2020. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Ouro Preto. Mariana, MG, 2020. Disponível em <http://www.repositorio.ufop.br/jspui/handle/123456789/12674> Acesso em: 02 fev. 2023. [E.n.65]

PORCINO, Carlos Alberto. *Quem você pensa que ela é? Representações sociais de estudantes do Bacharelado Interdisciplinar em Saúde da Universidade Federal da Bahia acerca da travesti*. 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2016. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/20088> Acesso em 02 fev 2023. [C.n.36]

RIBEIRO, Inauã Weirich. *Práticas de gênero no currículo da Univates: uma perspectiva arquivística e imoralista*. 2019. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Vale do Taquari. Lajeado, RS, 2019. Disponível em: <https://www.univates.br/bdu/bitstreams/07846524-b3b8-42b3-b811-23fb0d50d034/download> Acesso em: 03 Fev, 2023. [B.n.157]

- RIBEIRO, Izaque Machado. *Cidadanias Precárias: sujeitos trans e educação*. 2019. 169 p. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS, 2019. Disponível em <http://repositorio.ufsm.br/handle/1/19488> Acesso em: 03 fev. 2023. [A.2.n.143]
- RIZZA, Juliana Lapa. *A sexualidade no cenário do ensino superior: um estudo sobre as disciplinas nos cursos de graduação das universidades federais brasileiras*. 2015. 217 f. Tese (Doutorado em Educação Ambiental) – Universidade Federal do Rio Grande. Rio Grande, RS, 2015. Disponível em <http://repositorio.furg.br/handle/1/6008> Acesso em: 02 de fev 2023. [B.n.53]
- ROCHA, Leonardo Rafael Leite da. *Construção do self educacional de pessoas trans ao longo de suas trajetórias acadêmicas*. 2021. 152 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2021. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/33964> Acesso em 02 fev 2023. [A.2.n.27]
- RODRIGUES, Paulo Ricardo Aires; ANDRADE, Karylleila dos Santos (Orgs). *Pequeno vocabulário Pajubá Palmense*. São Carlos: Scienza, 2023.
- ROSA, Karen Susan Silva Pitinga da. *Políticas públicas para a inserção e permanência de travestis e transexuais no ensino superior: um estudo de caso da Universidade Federal da Integração Latino-Americana*. 2020. Dissertação (Mestrado em Humanidades, Direitos e Outras Legitimidades) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2020. doi:10.11606/D.8.2020.tde-11062020-151733. Acesso em: 02 fev. 2023. [A.3.n.10]
- SANTOS, Adriana Lohanna dos. *Formação das pessoas transexuais na Universidade Federal de Sergipe: enfrentamento e resistência das normas de gênero no espaço acadêmico*. 2018. 90 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2017. Disponível em: <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/9200> Acesso em: 02 fev. 2023. [A.1.n.3]
- SANTOS, Linda Brasil Azevedo. *Gênero e sexualidade em educação: um mapeamento das teses e dissertações do Norte e Nordeste brasileiro*. 2020. 213 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2020. Disponível em <http://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/15920> Acesso em: 17 de jan. 2023. [F.n.55]
- SCOTE, Fausto Delphino. *Será que temos mesmo direitos a universidade? O desafio do acesso e a permanência de pessoas transexuais no ensino superior*. 2017. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos. Sorocaba, SP, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/9202>. Acesso em: 02 fev 2023. [A.1.n.5]
- SIEDLECKI, Vivian Regina. *A diversidade de gênero e sexualidade na perspectiva de licenciados/as em música*. 2016. 181 p. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, RS. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/150804> Acesso em: 02 fev. 2023. [C.n.13]
- SILVA, Aline Oliveira Gomes da. *Nome social como política pública nas universidades estaduais do Paraná: coalizões, permanências e persistências*. 2017.137 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, PR, 2017. Disponível em <http://www.bibliotecadigital.uel.br/document/?code=vtls000217327> Acesso em 06. fev.2023. [A.3.n.277]
- SILVA, Elder Luan dos Santos. *Trajetória, permanência e afiliação de estudantes LGBTs na UFRB: a transformação do estigma em orgulho*. 2017. 138 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2017. Disponível em <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/22676> Acesso em: 02 fev 2023. [A.1.n.19]

SILVA, Kelly da. *Currículo, gênero e identidade na formação de professores/as*. 2011. 195 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora, SP, 2011. Disponível em <https://repositorio.ufjf.br/jspui/handle/ufjf/2137> Acesso em: 02 de fev 2023. [B.n.59]

SILVA, Leonardo dos Santos. *Gênero e sexualidades nas licenciaturas em dança da UFBA: por e para uma pedagogia Queer*. 2019. 103 p. Dissertação (Mestrado) – Escola de Dança, Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/30459> Acesso em 02 fev 2023. [B.n.9]

SILVA, Rayanne Barroso. *A história do Grupo de Estudo, Pesquisa e Ensino de Sexualidade (GEPESEX): a sexualidade no Curso de Ciências Biológicas da UFC*. 2020. 179 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará. Fortaleza, CE, 2020. Disponível em : <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/57515> Acesso em: 02 de fev. 2023. [B.n.8]

SOARES, Alexandre Gomes. *A inserção de disciplinas de gênero em cursos de Pedagogia de Faculdades de Educação: caminhos e desafios em três universidades federais em Minas Gerais*. 2018. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo. São Paulo, SP, 2018. doi:10.11606/T.48.2018.tde-06072018-112647. Acesso em: 06 fev. 2023. [B.n.184]

SOUZA, Emilly Mel Fernandes de. *(Trans)passando os muros do preconceito e adentrando a universidade: uma análise das políticas para pessoas trans\* dentro das instituições públicas de ensino superior do Rio Grande do Norte*. 2019. 170f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, RN, 2019. Disponível em <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/29145> Acesso em: 03 fev. 2023. [A.3.n.144]

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2015. 244 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal da Bahia. Salvador, SP, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/19685> Acesso em: 05 dez. 2023.

YORK, Sara Wagner. *Tia, você é homem? Trans da/na educação: Des(a)fiando e ocupando os "cistemas" de Pós-Graduação*. 2020. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, 2020. Disponível em <http://www.bdt.uerj.br/handle/1/16716> Acesso em: 03 fev. 2023. [A.1.n.96]

## **DECLARAÇÃO SOBRE DISPONIBILIDADE DE DADOS:**

**Os conteúdos subjacentes ao texto do manuscrito estão disponíveis em sua totalidade em:**

PIZZOLI, Maria de Fátima Fagherazzi; STECANELA, Nilda. 2025. Dados de replicação para: Gênero e Sexualidade - Dissidências no Ensino Superior: na trilha do Estado do conhecimento. SciELO Data, V1.

## **CONTRIBUIÇÃO DE AUTORIA**

Autora 1 – Conceituação, Investigação, Análise formal, Visualização e Escrita.

Autor 2 – Orientação da pesquisa: Conceituação, Supervisão, Revisão crítica da escrita.

O presente trabalho foi realizado com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)

## **DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE**

As autoras declaram que não há conflito de interesse com o presente artigo.

## Este preprint foi submetido sob as seguintes condições:

- Os autores declaram que estão cientes que são os únicos responsáveis pelo conteúdo do preprint e que o depósito no SciELO Preprints não significa nenhum compromisso de parte do SciELO, exceto sua preservação e disseminação.
- Os autores declaram que os necessários Termos de Consentimento Livre e Esclarecido de participantes ou pacientes na pesquisa foram obtidos e estão descritos no manuscrito, quando aplicável.
- Os autores declaram que a elaboração do manuscrito seguiu as normas éticas de comunicação científica.
- Os autores declaram que os dados, aplicativos e outros conteúdos subjacentes ao manuscrito estão referenciados.
- O manuscrito depositado está no formato PDF.
- Os autores declaram que a pesquisa que deu origem ao manuscrito seguiu as boas práticas éticas e que as necessárias aprovações de comitês de ética de pesquisa, quando aplicável, estão descritas no manuscrito.
- Os autores declaram que uma vez que um manuscrito é postado no servidor SciELO Preprints, o mesmo só poderá ser retirado mediante pedido à Secretaria Editorial do SciELO Preprints, que afixará um aviso de retratação no seu lugar.
- Os autores concordam que o manuscrito aprovado será disponibilizado sob licença [Creative Commons CC-BY](#).
- O autor submissor declara que as contribuições de todos os autores e declaração de conflito de interesses estão incluídas de maneira explícita e em seções específicas do manuscrito.
- Os autores declaram que o manuscrito não foi depositado e/ou disponibilizado previamente em outro servidor de preprints ou publicado em um periódico.
- Caso o manuscrito esteja em processo de avaliação ou sendo preparado para publicação mas ainda não publicado por um periódico, os autores declaram que receberam autorização do periódico para realizar este depósito.
- O autor submissor declara que todos os autores do manuscrito concordam com a submissão ao SciELO Preprints.